

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	9
DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	16

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	39
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	40
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	41
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	43
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	45
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	46

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2020</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	58.736.269
Preferenciais	44.206.287
<b>Total</b>	<b>102.942.556</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	157.800
Preferenciais	132.200
<b>Total</b>	<b>290.000</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Reunião do Conselho de Administração	11/08/2020	Juros sobre Capital Próprio	05/10/2020	Preferencial		0,20539

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2020</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2019</b>
1	Ativo Total	6.401.565	6.123.759
1.01	Ativo Circulante	4.297.094	3.070.207
1.01.01	Disponibilidades	13.997	7.255
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.423.440	103.516
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.423.440	103.516
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	155.310	816.272
1.01.03.01	Carteira Própria	57.799	140.549
1.01.03.04	Vinculados a Prestação de Garantias	92.947	669.569
1.01.03.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	4.564	6.154
1.01.04	Relações Interfinanceiras	0	1.693
1.01.06	Operações de Crédito	1.629.561	2.061.921
1.01.06.01	Setor Privado	1.647.320	2.077.930
1.01.06.02	Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	92	994
1.01.06.03	(Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa)	-17.851	-17.003
1.01.08	Outros Créditos	58.893	67.696
1.01.08.02	Diversos	58.896	67.721
1.01.08.03	Rendas a Receber	0	4
1.01.08.04	(Provisão p/ Outros Créditos Liquid. Duvidosa)	-3	-29
1.01.09	Outros Valores e Bens	15.893	11.854
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	2.704	2.017
1.01.09.02	(Provisão para Desvalorização)	-1.177	-890
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	14.366	10.727
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.095.835	3.044.322
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	858	2.075
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	858	2.075
1.02.05	Operações de Crédito	1.914.943	2.820.923
1.02.05.01	Setor Privado	1.959.889	2.865.455
1.02.05.03	(Provisão p/ Créditos de Liquid. Duvidosa)	-44.946	-44.532
1.02.07	Outros Créditos	173.290	212.702
1.02.07.01	Diversos	173.351	212.799
1.02.07.02	(Provisão p/ Créditos de Liq. Duvidosa)	-61	-97
1.02.08	Outros Valores e Bens	6.744	8.622
1.02.08.01	Despesas Antecipadas	6.744	8.622
1.03	Ativo Permanente	8.636	9.230
1.03.01	Investimentos	35	35
1.03.01.04	Outros Investimentos	592	592
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-557	-557
1.03.02	Imobilizado de Uso	7.018	7.465
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	16.819	16.472
1.03.02.03	(Depreciação Acumulada)	-9.801	-9.007
1.03.04	Intangível	1.583	1.730
1.03.04.01	Ativos Intangíveis	4.364	4.371
1.03.04.02	(Amortização Acumulada)	-2.781	-2.641

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2020</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2019</b>
2	Passivo Total	6.401.565	6.123.759
2.01	Passivo Circulante	2.506.546	2.873.366
2.01.01	Depósitos	2.283.490	2.667.862
2.01.01.01	Depósitos Interfinanceiros	2.283.490	2.667.862
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	2.866	5.338
2.01.07.01	BNDES	629	853
2.01.07.02	FINAME	2.237	4.485
2.01.09	Outras Obrigações	220.190	200.166
2.01.09.01	Cobrança e Arrecadação de Tributos	0	1.214
2.01.09.02	Sociais e Estatutárias	13.603	19.150
2.01.09.03	Fiscais e Previdenciárias	18.655	28.254
2.01.09.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	111.523	93.893
2.01.09.06	Diversos	76.409	57.655
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	2.915.955	2.286.909
2.02.01	Depósitos	2.505.797	1.787.847
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	2.505.797	1.787.847
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	1.277	2.224
2.02.07.01	BNDES	649	793
2.02.07.02	FINAME	628	1.431
2.02.09	Outras Obrigações	408.881	496.838
2.02.09.01	Fiscais e Previdenciárias	82.691	103.149
2.02.09.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	303.381	363.222
2.02.09.03	Diversos	22.809	30.467
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	9.632	12.590
2.05	Patrimônio Líquido	969.432	950.894
2.05.01	Capital Social Realizado	473.930	448.030
2.05.01.01	De Domiciliados no País	448.847	424.331
2.05.01.02	De Domiciliados no Exterior	25.083	23.699
2.05.02	Reservas de Capital	2.692	3.046
2.05.02.01	Reservas de Capital	4.099	4.099
2.05.02.02	Outras Reservas de Capital - Ações em Tesouraria	-1.407	-1.053
2.05.04	Reservas de Lucro	492.810	499.818
2.05.04.01	Legal	69.857	68.459
2.05.04.02	Estatutária	422.953	431.359

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020</b>	<b>DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019</b>	<b>DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019</b>
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	115.913	261.893	162.564	313.925
3.01.01	Operações de Crédito	97.651	263.734	256.897	415.491
3.01.02	Resultado de Operações com T.V.M.	16.820	33.102	23.413	46.786
3.01.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	-4.696	-42.595	-120.929	-155.485
3.01.04	Oper. Venda ou Transferência Ativos Fin	6.138	7.652	3.183	7.133
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-50.660	-118.603	-80.758	-162.924
3.02.01	Operações de Captações no Mercado	-43.551	-102.724	-76.720	-152.134
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-63	-161	-264	-573
3.02.03	Res.Instrumentos Financeiros Derivativos	-8	0	0	0
3.02.04	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-7.038	-15.684	-3.673	-9.989
3.02.05	Oper.Venda ou Tranferência Ativos Fin	0	-34	-101	-228
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	65.253	143.290	81.806	151.001
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-45.326	-100.062	-53.779	-103.704
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	6.259	18.479	14.183	27.351
3.04.02	Despesas de Pessoal	-30.623	-62.101	-31.983	-61.087
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-16.552	-42.495	-18.442	-38.426
3.04.04	Despesas Tributárias	-4.093	-9.807	-5.495	-11.058
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	13.734	20.089	1.341	9.477
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-14.051	-24.227	-13.383	-29.961
3.05	Resultado Operacional	19.927	43.228	28.027	47.297
3.06	Resultado Não Operacional	-161	-282	-50	219
3.06.01	Receitas	9	94	137	662
3.06.02	Despesas	-170	-376	-187	-443
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	19.766	42.946	27.977	47.516
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-1.998	-10.436	-8.004	-14.875
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	-504	-6.365	-4.573	-9.672
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	-353	-4.047	-2.925	-6.171
3.08.03	Créditos Trib. I. Renda e C. Social	-1.141	-24	-506	968

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020</b>	<b>DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019</b>	<b>DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019</b>
3.09	IR Diferido	-1.680	-1.696	-26	-53
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-1.527	-2.870	-1.215	-2.541
3.10.01	Participações	-1.527	-2.870	-1.215	-2.541
3.10.01.01	Empregados	-1.527	-2.870	-1.215	-2.541
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	14.561	27.944	18.732	30.047
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,14185	0,27222	0,18239	0,29253

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020</b>	<b>DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019</b>	<b>DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	14.561	27.944	18.732	30.047
4.03	Resultado Abrangente do Período	14.561	27.944	18.732	30.047



**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020</b>	<b>DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.341.964	-57.092
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	40.846	51.155
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	27.944	30.047
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	1.121	992
6.01.01.03	Provisão p/ Créditos Liquidação Duvidosa	15.684	9.983
6.01.01.04	Ajustes Provisão Passivos Contingentes	-3.784	11.045
6.01.01.05	Ajustes de atualização de depósito judicial	-406	-466
6.01.01.06	Ajuste Provisão p/ Desvalorização Outros Valores e Bens	287	-446
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.301.118	-108.247
6.01.02.01	(Aum.) Red. em Títulos e Vlr. Mobiliários	662.179	-198.757
6.01.02.02	(Aum.) Red. Relações Interfinanceiras	1.693	112.170
6.01.02.03	(Aum.) Red. Operações de Créditos	1.322.595	-437.253
6.01.02.04	(Aum.) Red. Outros Créditos	48.683	-11.168
6.01.02.05	(Aum.) Red. Outros Valores e Bens	-2.048	-1.546
6.01.02.06	Aquisição de Bens não de uso próprio	-701	-2.363
6.01.02.07	Alienação de Bens não de uso próprio	300	2.324
6.01.02.08	Aum. (Red.) Depósitos	333.578	295.748
6.01.02.10	Aum. (Red.) Obrig Empréstimos e Repasses	-3.419	-10.291
6.01.02.11	Aum. (Red.) Instr. Financeiros Derivativos	-42.210	126.051
6.01.02.12	Aum. (Red.) Outras Obrigações	2.266	38.692
6.01.02.13	Aum. (Red.) Resultado Exercícios Futuros	-2.957	-4.022
6.01.02.14	Pagamento de I.de Renda e C. Social	-18.841	-17.832
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-527	-804
6.02.02	Aquisição de imobilizados de uso	-380	-955
6.02.04	Aplicações no Intangível	-177	-287
6.02.07	Alienação de imobilizado de uso	30	23
6.02.08	Dividendos recebidos	0	415
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-14.771	-9.483
6.03.01	Dividendos e Juros s/cap. próprio pagos	-14.417	-9.356
6.03.02	Aquisição de Ações Próprias	-354	-127
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.326.666	-67.379
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	110.771	898.078
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.437.437	830.699

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social</b>	<b>Reservas de Capital</b>	<b>Reservas de Reavaliação</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros/Prejuízos Acumulados</b>	<b>Ajustes de Avaliação Patrimonial</b>	<b>Total do Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldo Inicial	448.030	3.046	0	499.818	0	0	950.894
5.03	Saldo Ajustado	448.030	3.046	0	499.818	0	0	950.894
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	27.944	0	27.944
5.05	Destinações	0	0	0	18.892	-27.944	0	-9.052
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-9.052	0	-9.052
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	18.892	-18.892	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	25.900	0	0	-25.900	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	-354	0	0	0	0	-354
5.13	Saldo Final	473.930	2.692	0	492.810	0	0	969.432

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social</b>	<b>Reservas de Capital</b>	<b>Reservas de Reavaliação</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros/Prejuízos Acumulados</b>	<b>Ajustes de Avaliação Patrimonial</b>	<b>Total do Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldo Inicial	423.430	3.183	0	472.447	0	0	899.060
5.03	Saldo Ajustado	423.430	3.183	0	472.447	0	0	899.060
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	30.047	0	30.047
5.05	Destinações	0	0	0	24.338	-30.047	0	-5.709
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-5.709	0	-5.709
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	24.338	-24.338	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	24.600	0	0	-24.600	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	-127	0	0	0	0	-127
5.13	Saldo Final	448.030	3.056	0	472.185	0	0	923.271

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020</b>	<b>DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019</b>
7.01	Receitas	284.495	340.984
7.01.01	Intermediação Financeira	261.893	313.926
7.01.02	Prestação de Serviços	18.479	27.351
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-15.684	-9.989
7.01.04	Outras	19.807	9.696
7.01.04.01	Outras Receitas Operacionais	20.089	9.477
7.01.04.02	Resultados não-operacionais	-282	219
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-102.919	-152.936
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-61.414	-63.127
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-2.184	-822
7.03.02	Serviços de Terceiros	-59.230	-62.305
7.04	Valor Adicionado Bruto	120.162	124.921
7.05	Retenções	-1.121	-992
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.121	-992
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	119.041	123.929
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	119.041	123.929
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	119.041	123.929
7.09.01	Pessoal	56.060	54.762
7.09.01.01	Remuneração Direta	40.955	39.915
7.09.01.02	Benefícios	11.837	11.553
7.09.01.03	F.G.T.S.	3.268	3.294
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	30.849	34.852
7.09.02.01	Federais	29.503	33.059
7.09.02.02	Estaduais	6	7
7.09.02.03	Municipais	1.340	1.786
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	4.188	4.268
7.09.03.01	Aluguéis	4.178	4.268
7.09.03.02	Outras	10	0
7.09.03.02.01	Doações Filantrópicas	10	0
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	27.944	30.047
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	9.052	5.709
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	18.892	24.338

## Comentário do Desempenho

### Senhores Acionistas,

Temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as informações trimestrais da Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos (“Companhia”), relativas aos trimestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019, acompanhadas do Relatório sobre a revisão de informações trimestrais, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do respectivo parecer do Conselho Fiscal. Os documentos apresentados contêm os dados necessários à análise da performance da Companhia nos semestres findos nestas datas. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que venham a ser julgados necessários.

### CENÁRIO ECONÔMICO

Entramos em 2020 com uma perspectiva otimista com a recuperação econômica mundial, em especial para China, após a assinatura da chamada “fase 1” de seu acordo comercial com os Estados Unidos. Outro fator que contribuiu para essa entrada mais positiva foi a saída ordenada do Reino Unido da União Europeia. Contudo essa euforia durou pouco, após a eclosão da epidemia de coronavírus na China em janeiro, que reacendeu as preocupações com o desaquecimento da atividade global.

A primeira leitura dessa epidemia logo no início do ano foi que ela tenderia a ter um impacto descrito como em “formato de V”, ou seja, queda de produção abrupta, seguida de uma recuperação que deveria trazer de volta a atividade aos mesmos níveis em que se encontrava antes da sua eclosão. Como os fatores de produção não tenderiam a ser destruídos, passado o período de suspensão das atividades nas regiões afetadas, digeridos os gargalos causados por interrupções de produção nas cadeias produtivas, a economia tenderia a retornar a seu ritmo anterior.

Contudo, com o avanço da epidemia para outras regiões em fevereiro, com destaque para Itália e posteriormente para os Estados Unidos, essa leitura foi agravada pois os cenários começaram a incorporar um grande choque de demanda sobre a economia global. Esse choque era decorrente da provável diminuição da confiança dos consumidores ao redor do mundo, e também dos efeitos de segunda ordem da própria deterioração das condições financeiras e do efeito riqueza negativo decorrente da deterioração dos mercados sobre o consumo.

Após o anúncio de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS), seguido do anúncio de várias medidas de lockdown no mundo, os mercados internacionais passaram por forte movimento de aversão a risco no mês de março, com circuit breakers sendo observados nas principais bolsas mundiais. Concomitantemente a esse movimento, a procura por segurança provocou alta robusta do dólar em relação às principais moedas emergentes e queda abrupta dos juros das treasuries.

Em resposta aos efeitos econômicos da pandemia, as autoridades econômicas globais tiveram resposta rápida e em montantes muitos superiores aos implementados na crise financeira global de 2008. As medidas foram de cunho monetário (grande redução da taxa de juros, compra de ativos e uso de liberação de compulsório) e do ponto de vista fiscal, medidas que visaram a compensação da perda de renda (por conta da elevação do desemprego), linhas emergenciais para empresas e também verbas extraordinárias para investimentos no combate a pandemia e nas estruturas para atendimento em saúde.

Essa crise, que é global, atingiu o Brasil em março, momento em que o contágio do vírus começa a acelerar e também fomos atingidos diretamente pela piora de preço dos ativos globais, atingindo diretamente o preço dos ativos brasileiros. O mercado doméstico brasileiro passou por um dos piores meses da história. O índice Bovespa recuou 29,9% e o dólar disparou 29,5%.

Para conter a crise sanitária, os Estados tiveram respostas rápidas para achatar a curva de contágio e se preparar melhor para o pico da epidemia que se daria em junho. No front econômico, o Brasil seguiu implementando o que vinha sendo feito nos outros países. O Banco Central do Brasil continuou um ciclo

## Comentário do Desempenho

adicional de queda de juros, ampliou a liquidez para o sistema financeiro com diferentes instrumentos monetários e com a preocupação que esses recursos chegassem a ponta final, que eram as empresas, afetadas pelas medidas de distanciamento social. Do lado do Ministério da Economia, a equipe econômica anunciou um pacote bem positivo destinado a assegurar recursos para saúde e amparar a população mais vulnerável e trabalhadores informais, visando garantir-lhes a renda e crédito durante a crise. Entre as medidas estavam antecipação de 13º salário para aposentados, linhas de crédito emergencial para empresas, liberação de verbas extraordinárias para Estados. Certamente essas medidas foram um colchão de proteção para empresas e famílias. Em contrapartida, o endividamento público será bastante elevado, por isso o caráter temporário e a necessidade que sejam compensadas com reformas estruturantes à frente.

No mês de maio já se tinha a percepção que o pior da pandemia tinha ficado para trás, que aliada ao suporte agressivo das autoridades monetárias, ajudaram a dar suporte a um movimento de forte recuperação dos mercados. A combinação da reabertura econômica, com uma demanda que ficou reprimida e o grande volume de estímulos, estamos vendo nesse final de semestre dados econômicos menos piores que as projeções haviam sido feitas na maioria das regiões do mundo. No Brasil, fechamos o semestre com uma expectativa de PIB para o ano de 2020 com queda de 5,7% (no pior momento na crise se falava em queda de 10%). Os grandes desafios para frente são avançar nas reformas estruturais do Brasil (entre elas a Reforma Tributária e Administrativa) que melhora a nossa competitividade e uma agenda voltada para uma consolidação fiscal para promover uma trajetória de queda da dívida pública brasileira. O Governo e a equipe econômica seguem com essa agenda, construindo uma base parlamentar no Congresso nessa direção. Do lado da taxa de juros, enquanto o cenário continuar muito benigno para inflação, manter o nível num patamar bastante expansionista, com objetivo maior de retomada do crescimento econômico.

## DESEMPENHO DAS ATIVIDADES

### Resultado do semestre

O lucro líquido da Companhia atingiu no semestre R\$ 27.944 mil (1º semestre/2019 R\$ 30.047 mil), correspondendo à rentabilidade anualizada de 5,96 % (1º semestre/2019 6,80%) sobre o patrimônio líquido inicial de R\$ 950.894 mil (inicial de 2019 R\$ 899.060 mil). A cada lote de mil ações do capital social da Companhia correspondeu o lucro líquido de R\$ 272,22 (1º semestre/2019 R\$ 292,53).

Para o semestre findo, foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 9.052 (30/06/2019 R\$ 5.709), correspondendo ao valor bruto de R\$ 205,39 (1º semestre/2019 R\$ 129,44) por lote de mil ações preferenciais, conforme nota explicativa às informações trimestrais nº 12 letra “b”.

### Patrimônio líquido

O patrimônio líquido atingiu o valor de R\$ 969.432 mil ao final do semestre (31/12/2019 R\$ 950.894 mil). O valor patrimonial para cada lote de mil ações alcançou R\$ 9.443,78 (31/12/2019 R\$ 9.257,59).

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24/04/2020, homologada em 03/07/2020 pelo Banco Central do Brasil, aprovou o aumento do capital social para R\$ 473.930 mil mediante incorporação de reservas de lucros no montante de R\$ 25.900 mil.

Conforme autorização do Conselho de Administração, a Companhia adquiriu no semestre o total de 30.900 ações ordinárias e 30.100 ações preferenciais, em Bolsa de Valores e a preços de mercado para permanência em tesouraria, cancelamento ou alienação, sem redução do capital social.

O índice de capital instituído pelo Comitê da Basileia e normatizado pelo Banco Central do Brasil atingiu - 18,73% (31/12/2019 20,06%) ao final do semestre, demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras do Conglomerado Prudencial Alfa, quando comparado tanto com o mínimo de 9,25% exigido pelo Banco Central do Brasil quanto com o de 8% recomendado pelo Comitê da Basileia.

## Comentário do Desempenho

### Recursos Captados

O volume de recursos captados pela Companhia atingiu R\$ 4.793.523 mil na data do balanço (31/12/2019 R\$ 4.464.283 mil). Esses recursos estavam representados por R\$ 4.789.287 mil (31/12/2019 R\$ 4.455.709 mil) em depósitos interfinanceiros, R\$ 4.143 mil (31/12/2019 R\$ 7.562 mil) em repasses do BNDES e FINAME e R\$ 93 mil (31/12/2019 R\$ 1.012 mil) em obrigações por venda de ativos financeiros.

### Ativos e Empréstimos

O ativo total alcançou R\$ 6.401.565 mil ao final do semestre (31/12/2019 R\$ 6.123.759 mil). A carteira de títulos e valores mobiliários e derivativos atingiu R\$ 156.168 mil na data do balanço (31/12/2019 R\$ 818.347 mil). A Companhia classificou 100% dos títulos e valores mobiliários na categoria “títulos para negociação”.

A carteira de crédito, incluindo relações interfinanceiras de R\$ zero (31/12/2019 R\$ 1.693 mil) e o ajuste positivo a valor de mercado da carteira de crédito objeto de “hedge” no montante de R\$ 221.153 mil (31/12/2019 R\$ 268.360 mil, também positivo), conforme Carta Circular do BACEN nº 3.624 de 26/12/2013, atingiu R\$ 3.631.520 mil ao final do semestre (31/12/2019 R\$ 4.997.754 mil). O volume de créditos vencidos acima de 14 dias totalizou R\$ 51.682 mil (31/12/2019 R\$ 55.580 mil), correspondente a 1,52% (31/12/2019 1,18%) do total da carteira de crédito.

O saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa atingiu R\$ 62.861 mil (31/12/2019 R\$ 61.661 mil), representando 1,84% (31/12/2019 1,30%) do total da carteira de crédito, 37,02% (31/12/2019 28,27%) acima do mínimo exigido pela Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999.

### OUVIDORIA

O componente organizacional de ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução CMN nº 4.433, de 27/07/2015.

### DIVULGAÇÃO SOBRE SERVIÇOS DA AUDITORIA INDEPENDENTE

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14/01/2003, informamos que a empresa contratada para auditoria das Informações trimestrais da Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos, ou pessoas a ela ligadas, não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor de acordo com os critérios internacionalmente aceitos quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

### DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Conforme Instrução CVM nº 552, de 09/10/2014, a Diretoria declara que em reunião realizada em 11/08/2020, revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no Relatório sobre a revisão de informações trimestrais e com as informações trimestrais relativas ao trimestre findo em 30/06/2020.

### AGRADECIMENTOS

É indispensável traduzir o reconhecimento da Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos ao trabalho de seus funcionários e ao apoio de seus acionistas e, finalmente, a confiança de seus clientes e das instituições financeiras do mercado que continuaram a prestigiar a organização como sempre fizeram.

São Paulo, 11 de agosto de 2020.

## **Comentário do Desempenho**

### **DIRETORIA**

#### **Diretor Presidente**

Fabio Alberto Amorosino

#### **Diretores**

Antonio José Ambrozano Neto      Fabiano Siqueira de Oliveira  
Felipe Barbosa da Silveira e Silva      Pedro Elias Dabbur

Este Relatório da Administração preparado pela Diretoria foi examinado e aprovado em reunião dos Conselhos de Administração e Fiscal de 11 de agosto de 2020.

### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

#### **Presidente**

Christophe Yvan Francois Cadier

#### **Conselheiros**

Luiz Alves Paes de Barros      Rubens Bution



## Notas Explicativas

### 01. ATIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

#### (a) Atividade e Estrutura do Grupo

A **Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos** (“Companhia”) é instituição integrante do Conglomerado Financeiro Alfa, o qual é liderado pelo Banco Alfa de Investimento S.A. que tem suas origens no exercício de 1925, com a fundação do Banco da Lavoura de Minas Gerais. Em 1972, o Banco da Lavoura alterou sua denominação para Banco Real S.A. e, posteriormente, criou as outras empresas financeiras que constituíam o Conglomerado Financeiro Real. Em 1998, o Banco Real S.A. teve seu controle acionário vendido ao ABN Amro Bank. As empresas financeiras não vendidas (então, Banco Real de Investimento, Companhia Real de Investimento – C.F.I., Companhia Real de Arrendamento Mercantil e Companhia Real Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários) formaram o Conglomerado Financeiro Alfa, que foi completado logo depois com a criação do Banco Alfa S.A. (Banco Comercial).

O Conglomerado Financeiro Alfa (“Conglomerado”), é composto por 6 entidades legais que atuam através de controle operacional efetivo, caracterizado pela administração ou gerência comum e pela atuação sob a mesma marca ou nome comercial.

As seguintes instituições financeiras compõem o Conglomerado:

- Banco Alfa de Investimento S.A. (instituição líder do Conglomerado) e suas controladas: Alfa Arrendamento Mercantil S.A. e Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (BRI Participações Ltda., também controlada pelo Banco Alfa de Investimento mas não se trata de empresa financeira);
- Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos;
- Banco Alfa S.A.

O Banco Alfa de Investimento S.A. e a Financeira Alfa S.A.- Crédito, Financiamento e Investimentos são companhias abertas com ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão (“B3”).

Com esta sólida história de mais de 90 anos, o Conglomerado vem desenvolvendo sua atuação principalmente nos segmentos de crédito a pessoas jurídicas e físicas, tesouraria e administração de recursos de terceiros.

O Conglomerado está sediado em São Paulo, na Alameda Santos nº 466, e mantém filiais em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Campinas, Porto Alegre, Salvador, Brasília, Recife, Vitória, Goiânia, Florianópolis, Piracicaba, Ribeirão Preto, Santo André, Sorocaba e Campo Grande. Todas contando com modernas plataformas tecnológicas, o que permite maior agilidade nas decisões e no desenvolvimento de produtos.

O controlador da Financeira Alfa S.A., possui ainda relevantes investimentos em áreas não financeiras, não consolidadas nesta demonstração financeira: Seguros e Previdência (Alfa Seguradora S.A. e Alfa Previdência e Vida S.A.); Hotelaria (Rede Transamérica de Hotéis); Materiais de Construção (C&C Casa e Construção); Agropecuária e Agroindústria (Agropalma); Águas Minerais (Águas Prata); Alimentos (Sorvetes La Basque); Cultural (Teatro Alfa); Comunicações (Rádio Transamérica e TV Transamérica) e Indústria de Couro (Soubach).

## Notas Explicativas

### (b) Apresentação das informações trimestrais

As informações trimestrais da Companhia foram elaboradas com base na legislação societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), onde essas normas e instruções não forem conflitantes. Essas informações trimestrais foram concluídas em 10/08/2020 e aprovadas pelo Conselhos de Administração e Fiscal em 11/08/2020.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam de forma integrada no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro, cujas atividades incluem as carteiras de arrendamento mercantil, administração de fundos de investimentos, distribuição e corretagem de câmbio e valores mobiliários.

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638/07, complementada pela Lei nº 11.941/09, as quais alteraram a Lei das Sociedades por Ações quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, visando permitir a convergência às normas internacionais de contabilidade. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas das alterações por ela introduzidas, que incluem a adoção de pronunciamentos, interpretações e orientações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), dependem de normatização por parte do CMN (Conselho Monetário Nacional). Até o momento, as alterações em normas de contabilidade aprovadas pelo CMN foram: i) o tratamento contábil dos ativos intangíveis; ii) os procedimentos de mensuração do valor recuperável dos ativos; iii) a elaboração do fluxo de caixa em substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos; iv) a divulgação em notas explicativas às informações trimestrais de informações sobre partes relacionadas; v) os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos e ativos contingentes; vi) pagamento baseado em ações; vii) eventos subsequentes; viii) políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro; ix) o pronunciamento estrutural conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro aprovados pelo CPC; e x) benefícios a empregados.

## 02. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme a todas as entidades do Conglomerado.

**(a) Apuração do resultado:** As receitas e despesas foram apropriadas pelo regime de competência. As rendas das operações de crédito vencidas são reconhecidas até o 59º dia como receita e, a partir do 60º dia deixam de ser apropriadas e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações, conforme determina o artigo 9º da Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999.

**(b) Ativos circulante e realizável a longo prazo:** Demonstrados pelos valores de realização e, quando aplicável, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para perdas e ajustados pelos seus valores de mercado, especificamente em relação ao registro e a avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos estabelecidos pelas Circulares BACEN nº 3.068, de 08/11/2001, e nº 3.082, de 30/01/2002, (vide notas explicativas nº 04b e 05). A provisão para perda esperada associadas ao risco de crédito foi constituída considerando a atual conjuntura econômica, a experiência de anos anteriores e a expectativa de realização da carteira, de forma que apure montante suficiente e adequado para cobrir riscos específicos e globais, associada à provisão calculada de acordo com os níveis de risco e os respectivos percentuais mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999 (vide nota explicativa nº 05 letras “c” e “d”).

## Notas Explicativas

**(c) Títulos e valores mobiliários:** A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada conforme as categorias estabelecidas pela Circular BACEN nº 3.068, de 08/11/2001:

- I – Títulos para negociação;
- II – Títulos disponíveis para venda;
- III – Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria “títulos para negociação” são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados.

Na categoria “títulos mantidos até o vencimento” são registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais existe intenção e capacidade financeira da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento.

Na categoria “títulos disponíveis para venda” estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II são reconhecidos pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia, e ajustados ao valor de mercado, computando-se o ajuste positivo ou negativo a valor de mercado em contrapartida:

- i) Da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos para negociação”;
- e
- ii) Da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos disponíveis para venda”. Estes valores registrados em patrimônio líquido são baixados contra resultado na medida em que são realizados.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento” estão apresentados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia.

As perdas de caráter permanente apuradas para títulos e valores mobiliários classificados nas categorias “títulos disponíveis para venda” e “títulos mantidos até o vencimento” são reconhecidas no resultado do período.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é obtido, na data do balanço, através de coleta de preços divulgados por entidades independentes no mercado, especializadas na divulgação deste tipo de informação e, quando indisponíveis, estes valores são obtidos através de modelos internos de avaliação que consideram as curvas de juros aplicáveis publicamente divulgadas que sejam avaliadas como representativas das condições de mercado para o ativo sob avaliação por ocasião do encerramento do balanço.

**(d) Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos são classificados contabilmente, segundo a intenção da Administração, na data de sua aquisição, conforme determina a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados na administração das exposições próprias da Companhia. As valorizações ou desvalorizações são registradas em “Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos”.

Os instrumentos financeiros derivativos realizados pela Companhia com a intenção de proteção a riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos e passivos financeiros, que atendam os critérios determinados pela Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, e/ou Circular BACEN nº 3.129, de 27/02/2002 são classificados como *hedge* de risco de mercado (valor justo). Os instrumentos financeiros registrados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, registrados em conta de resultado.

## Notas Explicativas

A Companhia, conforme descrito na nota explicativa nº 15, de acordo com suas políticas de gestão de riscos, faz uso de instrumentos financeiros derivativos, principalmente contratos de SWAP registrados na B3, classificados como “Hedge de Risco de Mercado”, tendo como objeto operações de crédito.

Para apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço divulgadas pela B3.

As operações de crédito designadas para “hedge” risco de mercado, como previsto na Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, são mensuradas a valor de mercado apenas para o componente de risco protegido, ou seja, as oscilações de taxa de mercado. Desta forma, os valores de resgates (ou valores futuros) são descontados pela curva futura de juros divulgada pela B3 (DI X PRE) para cada respectivo vencimento. Na mensuração inicial, nenhum valor é reconhecido em resultado, entretanto, nas mensurações subsequentes reconhecem-se em resultado as oscilações provenientes das mudanças das respectivas taxas futuras.

A efetividade da proteção (“hedge”), conforme requer a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, é mensurada desde a concepção e ao longo do prazo das operações.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na nota explicativa nº 05.

### **(e) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros**

A partir de janeiro de 2012, as cessões de crédito estão regidas pelas disposições da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.367, de 11/09/2014. As cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus ativos financeiros objetos da cessão registrados no ativo, na rubrica de “Operações de Crédito Vinculadas a Cessão”. Os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida, rubrica “Outras Obrigações – Diversas – Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão”, e as receitas e despesas apropriadas de forma segregada ao resultado pelos prazos remanescentes das operações.

As cessões de crédito com transferência dos riscos, os ativos financeiros adquiridos são registrados no ativo pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original, na rubrica “Operações de Crédito”, mantidos controles analíticos sobre os valores originalmente contratados.

**(f) Ativo permanente:** Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos:

- Depreciação do imobilizado de uso, calculada pelo método linear às seguintes taxas anuais: veículos e processamento de dados 20%, móveis e utensílios e instalações 10% e;
- Amortização, basicamente, de despesas com benfeitorias em imóveis de terceiros e com programas de processamento de dados, calculada pelo método linear, pelo prazo máximo de 05 anos.

**(g) Passivos circulante e exigível a longo prazo:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

**(h) Impostos e contribuições:** As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda (15% mais adicional de 10%), contribuição social (15%), PIS (0,65%) e COFINS (4%). Também é observada pela Companhia a prática contábil de constituição, no que for aplicável, de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração (vide nota nº 8b).

## Notas Explicativas

**(i) Estimativas contábeis:** No processo de elaboração das informações trimestrais da Companhia, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para mensurar certos valores reconhecidos nas informações trimestrais. As principais aplicações do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem com:

- Provisões para perda esperada associadas ao risco de crédito (vide nota explicativa nº 06 “e”);
- Instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 15);
- Ativos tributários diferidos (vide nota explicativa nº 08 “b”); e
- Passivos contingentes (vide nota explicativa nº 11).

A validade dos critérios e premissas utilizadas para o uso de estimativas e julgamentos é revista no mínimo por ocasião da elaboração das informações trimestrais e os valores efetivamente realizados podem diferir dos saldos estimados.

**(j) Ativos e passivos contingentes:** Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos, avaliados e divulgados em conformidade com as determinações da Resolução CMN nº 3.823, de 16/12/2009, e Carta-Circular BACEN nº 3.429 de 11/02/2010. Os ativos e passivos contingentes dizem respeito a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja realização depende de eventos futuros.

- i) Ativos contingentes – não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.
- ii) Passivos contingentes – fiscais e previdenciárias, cíveis e trabalhistas (nota nº 11) - decorrem substancialmente de demandas judiciais e administrativas inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que os seus montantes possam ser estimados com suficiente segurança.

**(k) Moeda funcional e de apresentação:** As informações trimestrais estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Exceto quando indicado, as informações trimestrais expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

### 03. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

A Companhia possui certificados de depósitos interfinanceiros com empresa do Conglomerado no montante de R\$ 2.423.440 (31/12/2019 R\$ 103.516) com taxas indexadas a 100,0% do CDI (pós-fixada) e prazos de vencimento até 31/07/2020.

## Notas Explicativas

### 04. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

#### (a) Composição da carteira

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Carteira própria - livres:		
Letras financeiras do tesouro	57.799	140.549
Vinculados a prestação de garantias:		
Letras financeiras do tesouro	92.947	669.569
<b>TOTAL - títulos e valores mobiliários</b>	<b>150.746</b>	<b>810.118</b>
Swaps – diferencial a receber (nota 15d)	5.422	8.229
<b>TOTAL – instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>5.422</b>	<b>8.229</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>156.168</b>	<b>818.347</b>

#### (b) Classificação de títulos e valores mobiliários por categoria e faixas de vencimento

Títulos para negociação	30/06/2020						31/12/2019		
	90 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080	Valor contábil	Valor de custo (i)	Marcação a mercado	Valor contábil	Valor de custo (i)	Marcação a mercado
Letras financeiras do tesouro	19.719	114.315	16.712	150.746	150.771	(25)	810.118	810.031	87

- “Títulos para negociação”: O valor contábil corresponde ao valor de mercado desses títulos na data do balanço, obtido através de informações fornecidas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

(i) O ajuste negativo dos títulos para negociação no montante de R\$ 25 (31/12/2019 R\$ 87 positivo), obtido entre os valores de custo e de mercado, foi registrado sob o título “Resultado com títulos e valores mobiliários”.

Os títulos públicos são custodiados na SELIC.

#### (c) Composição dos títulos vinculados

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Títulos dados em garantia de operações em bolsa	80.059	658.723
Títulos dados em garantia em ações judiciais	12.888	10.846
<b>Total</b>	<b>92.947</b>	<b>669.569</b>

### 05. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

#### (a) Composição da carteira de crédito

Setores de atividade:	30/06/2020		31/12/2019	
	Valor	%	Valor	%
Setor privado				
Rural	6.899	0,2	36.478	0,8
Indústria	33.862	1,0	37.264	0,8
Comércio	495.334	14,5	563.598	11,9
Instituições financeiras	22.308	0,7	52.372	1,1
Outros serviços	273.644	8,0	321.415	6,8
Pessoas físicas	2.578.320	75,6	3.716.574	78,6
<b>Total da carteira</b>	<b>3.410.367</b>	<b>100,0</b>	<b>4.727.701</b>	<b>100,0</b>
Empréstimos	1.610.244	47,1	2.865.148	60,6
Financiamentos	1.775.812	52,1	1.809.877	38,3
Operações de crédito vinculados a cessão	92	-	994	-
Créditos vinculados a operações adquiridas em cessão (nota 6)	22.270	0,7	36.125	0,8
Outros créditos (nota 6)	1.949	0,1	15.557	0,3
<b>Total da carteira</b>	<b>3.410.367</b>	<b>100,0</b>	<b>4.727.701</b>	<b>100,0</b>
Ajuste ao valor mercado - item objeto hedge	221.153		268.360	
Relações interfinanceiras (*)	-		1.693	
<b>Total global</b>	<b>3.631.520</b>		<b>4.997.754</b>	

## Notas Explicativas

### (b) Composição da carteira de crédito por faixas de vencimento

Parcelas por Faixas de	30/06/2020				31/12/2019			
	A vencer	Vencidos	Total	%	A vencer	Vencidos	Total	%
<b>A vencer</b>								
- até 180 dias	1.075.693	12.689	1.088.382	31,9	1.353.093	13.958	1.367.051	28,9
- de 181 a 360 dias	559.481	7.864	567.345	16,6	770.115	9.211	779.326	16,5
- acima de 360 dias	1.723.511	20.843	1.744.354	51,2	2.548.913	23.443	2.572.356	54,4
<b>Total vincendas</b>	<b>3.358.685</b>	<b>41.396</b>	<b>3.400.081</b>	<b>99,7</b>	<b>4.672.121</b>	<b>46.612</b>	<b>4.718.733</b>	<b>99,8</b>
<b>Vencidas</b>								
- até 60 dias	-	3.161	3.161	0,1	-	3.575	3.575	0,1
- de 61 a 180 dias	-	4.979	4.979	0,1	-	3.666	3.666	0,1
- acima de 180 dias	-	2.146	2.146	0,1	-	1.727	1.727	0,0
<b>Total vencidas</b>	<b>-</b>	<b>10.286</b>	<b>10.286</b>	<b>0,3</b>	<b>-</b>	<b>8.968</b>	<b>8.968</b>	<b>0,2</b>
<b>Total da carteira</b>	<b>3.358.685</b>	<b>51.682</b>	<b>3.410.367</b>	<b>100,0</b>	<b>4.672.121</b>	<b>55.580</b>	<b>4.727.701</b>	<b>100,0</b>

### (c) Classificação da carteira de crédito por níveis de risco

A Resolução CMN nº. 2.682, de 21/12/1999, estabelece os critérios para a classificação das operações de crédito e para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os quais são baseados em sistemas de avaliação de risco de clientes/operações.

A composição da carteira de crédito e a constituição da provisão para perda esperada associadas ao risco de crédito nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecido na referida Resolução, estão demonstrados a seguir:

Níveis de Risco:	30/06/2020					31/12/2019				
	Saldo da Carteira de Crédito			Provisão		Saldo da Carteira de Crédito			Provisão	
	(*)			Mínima		(*)			Mínima	
	A Vencer	Vencidos	Total	Exigida	Contábil	A Vencer	Vencidos	Total	Exigida	Contábil
AA	221.721	-	221.721	-	-	254.654	-	254.654	-	-
A	2.993.393	-	2.993.393	14.967	21.851	4.267.865	-	4.267.865	21.339	24.327
B	114.846	7.387	122.233	1.222	3.044	128.927	11.950	140.877	1.409	3.804
C	16.584	7.544	24.128	724	2.410	7.957	10.438	18.395	552	1.821
D	5.495	6.097	11.592	1.159	3.476	6.659	5.291	11.950	1.195	3.573
E	1.158	5.036	6.194	1.858	3.097	2.352	6.231	8.583	2.575	4.291
F	454	6.622	7.076	3.538	4.953	306	4.798	5.104	2.552	3.572
G	2.163	3.241	5.404	3.782	5.403	2.074	4.010	6.084	4.259	6.084
H	2.871	15.755	18.626	18.627	18.627	1.327	12.862	14.189	14.189	14.189
<b>Total</b>	<b>3.358.685</b>	<b>51.682</b>	<b>3.410.367</b>	<b>45.877</b>	<b>62.861</b>	<b>4.672.121</b>	<b>55.580</b>	<b>4.727.701</b>	<b>48.070</b>	<b>61.661</b>

(\*) Inclui os créditos vencidos até 14 dias.

### (d) Movimentação da provisão para perdas esperada associadas ao risco de crédito

	1º Semestre	
	2020	2019
Saldo inicial do semestre	61.661	59.302
Complemento líquido de reversão	15.684	9.989
Baixas líquidas dos valores recuperados	(14.484)	(11.050)
<b>Saldo final do semestre</b>	<b>62.861</b>	<b>58.241</b>

A provisão atingiu o saldo de R\$ 62.861 (31/12/2019 R\$ 61.661), correspondente a 1,84% (31/12/2019 1,30%) do total da carteira, desconsiderando o montante do ajuste a valor de mercado da carteira de crédito objeto de "hedge" e as relações interfinanceiras. A provisão constituída acima do mínimo requerido pela Resolução CMN nº 2.682, decorre das análises internas e individuais dos clientes e é considerada adequada para suportar eventuais perdas.

Foram amortizados créditos para prejuízo no montante de R\$ 15.502 (1º semestre/2019 R\$ 13.108), e ocorreram recuperações no montante de R\$ 3.793 (1º semestre/2019 R\$ 6.207).

Como renegociação é qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento, e nas condições de pagamento originalmente pactuadas, em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas

## Notas Explicativas

condições de risco. Além disso, em resposta aos impactos da pandemia do COVID 19 na economia, o BACEN emitiu, em março de 2020, a Resolução nº 4.782 que introduziu medidas de flexibilização no tratamento de créditos renegociados. No mesmo mês, o BNDES permitiu a suspensão temporária no pagamento dos empréstimos contratados de forma direta ou indireta com a instituição, medida conhecida como *standstill*.

Nesse contexto, a Financeira concedeu ajustes pontuais a alguns de seus clientes, tanto pessoas físicas quanto jurídicas. Em 30/06/2020, o montante total de operações com essa característica somava R\$ 228.984, equivalente a 6,7% da carteira. Em 31/12/2019, não havia situação similar a esta para fins de comparação.

Para aqueles contratos com alteração nos prazos de vencimento, acordo e que tenham apresentado deterioração nas condições de riscos apresentados anteriormente, o saldo de renegociados em 30/06/2020 é de R\$ 28.509 (31/12/2019 R\$ 35.130).

### (e) Cessão de crédito

As operações de cessão de crédito são contabilizadas conforme descrito na nota explicativa nº 2 “e” destas informações trimestrais.

O saldo das operações de crédito cedidas com retenção de riscos contabilizadas segundo as regras da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, atualizado pelas taxas originais das operações de crédito e considerando as amortizações no semestre, perfaz o montante de R\$ 92 (31/12/2019 R\$ 994), tendo sido reconhecida no 1º semestre receita de juros para estas operações o montante de R\$ 61 (1º semestre/2019 R\$ 358), e estão registradas na demonstração de resultado sob a rubrica “Rendas de Operações de Crédito – Rendas de Empréstimos”.

O saldo correspondente destas operações, relativo ao valor recebido pela Companhia nestas transações, atualizado pela taxa do contrato de cessão, e considerando as amortizações realizadas, está refletido no passivo no montante de R\$ 93 (31/12/2019 R\$ 1.012), tendo sido apropriadas no 1º semestre despesas de juros no montante de R\$ 34 (1º semestre/2019 R\$ 228) registrado na rubrica “Despesas da Intermediação Financeira - Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros”.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações cedidas com retenção de riscos segundo as regras da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, é efetuada conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999, e está registrado no montante de R\$ zero (31/12/2019 R\$ 4).

A Companhia vem adquirindo carteira de operações de crédito consignado via cessão de operações de crédito com transferência dos riscos com instituição financeira ligada. O volume de transação destas operações no semestre corresponde a R\$ 206.019 (1º semestre/2019 R\$ 397.803), registrada em conta adequada do ativo, na rubrica “Operações de Crédito”, tendo sido reconhecidas no semestre receitas no montante de R\$ 27.561 (1º semestre/2019 R\$ 57.438) registradas na rubrica “Rendas de Operações de Crédito – Rendas de Empréstimos”.

No 1º semestre/2020 a Companhia passou a realizar operações de crédito sem coobrigação, transferência dos riscos com instituição financeira ligada no montante de R\$ 886.914. A receita reconhecida no semestre foi de R\$ 133.

### (f) Rendas de operações de crédito

	1º semestre	
	2020	2019
Rendas de financiamentos	108.767	97.745
Rendas de empréstimos e repasses interfinanceiros	151.785	313.065
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	3.182	4.681
<b>Total</b>	<b>263.734</b>	<b>415.491</b>



## Notas Explicativas

### 06. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Créditos tributários (nota 8b)	140.188	160.813
Depósitos judiciais	40.896	41.173
Créditos vinculados a operações adquiridas em cessão (*)	22.270	36.125
Carteira de crédito - recursos em trânsito	14.120	17.996
Títulos e créditos a receber	1.949	15.557
Prêmio na venda de operações de crédito - ligadas	1.660	7.219
Outros créditos	11.164	1.637
<b>Total</b>	<b><u>232.247</u></b>	<b><u>280.520</u></b>

### 07. DESPESAS ANTECIPADAS

Refere-se substancialmente a valores pagos a título de intermediação de negócios às revendas de veículos e às lojas de departamento no montante de R\$ 15.988 (31/12/2019 R\$ 15.298) e comissão de fiança bancária no montante de R\$ 3.245 (31/12/2019 R\$ 2.088). Essas despesas, quando não são pagas ou financiadas pelos clientes, são apropriadas ao resultado com base no prazo contratual da operação de crédito.

### 08. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### (a) Demonstração do cálculo dos encargos de imposto de renda e contribuição social

	<u>1º Semestre</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzidas as participações no resultado</b>	<b>40.076</b>	<b>44.975</b>
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente (*)	(16.030)	(17.990)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Juros sobre o capital próprio	3.621	2.284
Ajuste ao valor de mercado de títulos e derivativos	(1.624)	(2.407)
Créditos amortizados para prejuízo	(576)	487
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(480)	427
Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	4.227	(726)
Obrigações fiscais diferidas	(1.696)	(52)
Ativo fiscal diferido	(24)	968
Outros valores (**)	450	2.081
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b><u>(12.132)</u></b>	<b><u>(14.928)</u></b>
<b>Sendo:</b>		
<b>Impostos correntes</b>	<b>(10.412)</b>	<b>(15.844)</b>
<b>Impostos diferidos</b>	<b>(1.720)</b>	<b>916</b>
<b>Despesa contabilizada</b>	<b><u>(12.132)</u></b>	<b><u>(14.928)</u></b>

(i) Vide nota explicativa nº 02 “h”.

## Notas Explicativas

### (b) Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2019</u>	<u>Constituição</u>	<u>Realização</u>	<u>30/06/2020</u>
Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	14.416	368	(4.558)	10.226
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	24.664	10.287	(9.807)	25.144
Créditos amortizados para prejuízo	6.043	1.417	(841)	6.619
Outros créditos tributários	3.421	6.542	(5.170)	4.793
Derivativos	112.269	16.883	(35.746)	93.406
<b>Total - crédito tributário ativo</b>	<b>160.813</b>	<b>35.497</b>	<b>(56.122)</b>	<b>140.188</b>
Derivativos	(113.238)	(63.651)	82.585	(94.304)
Outros	(1.088)	(32)	3	(1.117)
<b>Total - obrigações fiscais diferidas</b>	<b>(114.326)</b>	<b>(63.683)</b>	<b>82.588</b>	<b>(95.421)</b>
<b>Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas</b>	<b>46.487</b>			<b>44.767</b>
<b>% sobre patrimônio líquido</b>	<b>4,8%</b>			<b>4,6%</b>

A Administração da Companhia, fundamentada em estudo técnico realizado tomando por base os dados contábeis disponíveis em 30/06/2020, estimou que a realização do crédito tributário ativo ocorrerá na seguinte proporção:

	<u>1º ano</u>	<u>2º ano</u>	<u>3º ano</u>	<u>4º ano</u>	<u>5º ano</u>	<u>+ 5 anos</u>
<b>Realização dos créditos tributários</b>	22%	30%	19%	15%	9%	5%

Em 30/06/2020, o valor presente dos créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas calculados com base na taxa Selic totalizava R\$ 41.586.

## 09. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES

### Composição de recursos captados por prazos de vencimento

	<u>De 1 a 90 dias</u>	<u>De 91 a 360 dias</u>	<u>De 361 a 1.080 dias</u>	<u>Acima de 1.080 dias</u>	<u>Total 30/06/2020</u>
Depósitos interfinanceiros (i)	1.447.798	835.692	2.442.749	63.048	4.789.287
Obrigações por repasses (ii)	1.063	1.803	1.262	15	4.143
Obrigações por operações de venda de ativos financeiros	93	-	-	-	93
<b>Total de captações</b>	<b>1.448.954</b>	<b>837.495</b>	<b>2.444.011</b>	<b>63.063</b>	<b>4.793.523</b>
<b>% concentração por prazo</b>	<b>30,2%</b>	<b>17,5%</b>	<b>50,9%</b>	<b>1,4%</b>	<b>100,0%</b>

	<u>De 1 a 90 dias</u>	<u>De 91 a 360 dias</u>	<u>De 361 a 1.080 dias</u>	<u>Acima de 1.080 dias</u>	<u>Total 31/12/2019</u>
Depósitos interfinanceiros	1.049.448	1.618.414	1.787.341	506	4.455.709
Obrigações por repasses	2.185	3.153	2.072	152	7.562
Obrigações por operações de venda de ativos financeiros	553	459	-	-	1.012
<b>Total de captações</b>	<b>1.052.186</b>	<b>1.622.026</b>	<b>1.789.413</b>	<b>658</b>	<b>4.464.283</b>
<b>% concentração por prazo</b>	<b>23,6%</b>	<b>36,3%</b>	<b>40,0%</b>	<b>0,1%</b>	<b>100,0%</b>

(i) Depósitos Interfinanceiros com vencimentos até 14/04/2025 indexados à taxa pré-fixada que variam de 0,60% a 12,62% a.a. e pós-fixada indexado em 96% a 112,00% do CDI;

(ii) Representado por Operações BNDES, com vencimentos até 15/10/2020 à taxa pós-fixada 2,13% a.a. mais TJLP e à taxa pós-fixada de 1,96% mais SELIC, Operações de FINAME com vencimentos até 15/06/2021 à taxa pós-fixada de 2,13% a.a. mais TJLP, e à taxa pós-fixada de 1,40% mais SELIC, pós-fixada de 4,088% até 4,250% a.a. mais TLP - IPC, e pré-fixada de 1,30% até 19,79% a.a., garantidas por contratos.

## Notas Explicativas

### 10. OUTRAS OBRIGAÇÕES

#### a) Fiscais e previdenciárias:

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	1.128	9.520
Impostos e contribuições a recolher	4.797	7.557
Provisões para impostos e contribuições diferidos (*)	95.421	114.326
<b>Total</b>	<b><u>101.346</u></b>	<b><u>131.403</u></b>

(\*) Refere-se, basicamente, a IR Diferido - TVM e Derivativos (vide nota explicativa nº 8 “b”).

#### b) Diversas:

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Contingência trabalhista (nota 11)	20.543	30.024
Provisões de pessoal e administrativa	18.553	16.943
Carteira de crédito - valores a processar / liberar	47.666	29.385
Contingências fiscais (nota 11)	3.959	5.247
Obrigações por venda de ativos financeiros (nota 5e)	93	1.012
Contingência cível (nota 11)	1.061	767
Credores diversos	7.343	4.744
<b>Total</b>	<b><u>99.218</u></b>	<b><u>88.122</u></b>

### 11. PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia, no curso normal de suas atividades, é parte em processos de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e cível. As respectivas provisões foram constituídas levando-se em conta a legislação em vigor, a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento dos Tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitam a sua estimativa da forma mais adequada possível. A Administração considera que as provisões existentes na data destas informações trimestrais são suficientes para fazer face aos riscos decorrentes destes processos.

As provisões constituídas e respectivas movimentações no período estão demonstradas a seguir:

	Fiscais e		
	Previdenciárias (a)	Trabalhistas (b)	Cíveis (c)
<b>Saldo inicial em 01/01/2020</b>	<b><u>5.247</u></b>	<b><u>30.024</u></b>	<b><u>767</u></b>
(+) Complemento líquido de reversões	40	(4.703) (*)	790
(+) Atualização	89	-	-
(-) Pagamentos	(1.417)	(4.778) (**)	(496)
<b>Saldo final em 30/06/2020</b>	<b><u>3.959</u></b>	<b><u>20.543</u></b>	<b><u>1.061</u></b>

(\*) Refere-se à provisão da expectativa de perda das ações em andamento, realizada pela Administração.

(\*\*) Refere-se basicamente a pagamento de acordos e condenações durante o período.

(a) As contingências fiscais e previdenciárias referem-se principalmente a obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação nas esferas administrativa e judicial.

ISS sobre fianças e avais: A Empresa obteve decisão desfavorável transitada em julgado, proferida pelo Supremo Tribunal Federal, que reconheceu a incidência do ISS sobre a receita de fiança e aval. Por conta disso a Empresa realizou o pagamento do valor de R\$ 1.417 ao Município de São Paulo mediante a conversão em renda dos depósitos judiciais realizados no curso do processo.

As provisões existentes amparam o risco decorrente das obrigações legais e das contingências fiscais e previdenciárias consideradas como de perda provável e encontram-se no exigível a longo prazo na rubrica “Provisão para Contingências” do grupo “Outras Obrigações - Diversas”.

## Notas Explicativas

A Companhia possui outras contingências fiscais e previdenciárias avaliadas individualmente por nossos assessores legais como de risco de perda possível, conforme Resolução nº 3.823, de 16/12/2009, do CMN, no montante de R\$ 6.572 (31/12/2019 R\$ 5.799).

(b) As contingências trabalhistas originam-se de ações judiciais movidas por terceiros que buscam obter indenizações referentes a pretensos direitos trabalhistas. A provisão constituída encontra-se registrada na rubrica “provisão para passivos contingentes” do grupo “outras obrigações – diversas”, e leva em conta as datas esperadas de pagamento.

As ações de natureza trabalhista para as quais foram constituídas provisão são consideradas como risco de perda provável. Para determinação do valor de provisão necessário, estas ações são avaliadas em seu conjunto, considerando histórico de pagamentos feitos pela Companhia a esse título.

As contingências trabalhistas classificadas como de perda possível atingiram o montante de R\$ 2.775 (31/12/2019 R\$ 15.461).

(c) As contingências cíveis são originadas basicamente por ações judiciais movidas por terceiros, pleiteando restituição de valores cobrados e/ou indenizações por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte julgadas pelos Juizados Especiais Cíveis. A provisão constituída encontra-se registrada na rubrica “provisão para passivos contingentes” do grupo “outras obrigações – diversas”. Para determinar o montante adequado de provisão a Administração considera análise individual ou para conjuntos de ações de mesma natureza consideradas significativas e histórico de perdas, constituindo provisão para aquelas consideradas como de perda provável.

As contingências cíveis classificadas como de perda possível atingiram o montante de R\$ 1.806 (31/12/2019 R\$ 1.879) na data destas informações trimestrais, representado principalmente por ações indenizatórias ou de cobrança, cujos valores individuais não são relevantes.

## 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### (a) Capital Social

Está dividido em 58.736.269 (31/12/2019 58.736.269) de ações ordinárias e 44.206.287 (31/12/2019 44.206.287) de ações preferenciais sem valor nominal. É assegurado às ações preferenciais, que não possuem direito de voto, um dividendo mínimo de 8% ao ano sobre a parte e respectivo valor do capital que essas ações representam.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24/04/2020, homologada em 03/07/2020 pelo BACEN, aprovou o aumento do capital social para R\$ 473.930 mediante incorporação de reservas de lucros no montante de R\$ 25.900.

### (b) Dividendos

O Estatuto Social prevê dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado conforme o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, podendo ser pago sob a forma de juros sobre capital próprio, conforme previsto no artigo 31 do Estatuto Social e artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26/12/1995.

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<b>Lucro líquido do semestre</b>	<b>27.944</b>	<b>30.047</b>
(-) Reserva legal	(1.397)	(1.502)
Lucro líquido ajustado	26.547	28.545
<b>Juros sobre capital próprio - valor bruto</b>	<b>9.052</b>	<b>5.709</b>
(-) Imposto de renda na fonte - 15%	(1.358)	(856)
Juros sobre capital próprio - valor líquido	7.694	4.853

Para o semestre findo, foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 9.052 (1º semestre/2019 R\$ 5.709), correspondendo ao valor bruto de R\$ 205,39 (1º semestre/2019 R\$ 129,44) por lote de mil ações preferenciais.

## Notas Explicativas

A adoção do pagamento de juros sobre o capital próprio aumentou o resultado da Companhia em R\$ 3.621 (1º semestre/2019 R\$ 2.284) face ao benefício fiscal obtido. Os juros foram contabilizados em conformidade com a Circular Bacen nº 2.739/97, Deliberação CVM nº 207/96 e em atendimento às disposições fiscais.

### c) Reservas de Lucros

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Reserva legal	69.856	68.459
Reservas estatutárias - aumento de capital	341.183	351.338
Reservas estatutárias - dividendos	81.771	80.021
<b>Total</b>	<b><u>492.810</u></b>	<b><u>499.818</u></b>

### (d) Ações em tesouraria - programa de recompra de ações

**d1.** O programa de recompra de ações da Companhia, iniciado em 13/11/2017, foi finalizado conforme deliberado na ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 13/03/2019. No âmbito do Programa foram recompradas 133.500 ações ordinárias e 108.800 ações preferenciais, das quais conforme deliberado na ata de Reunião do Conselho de Administração de 08/03/2018, houve o cancelamento, sem redução do capital social, de 6.700 ações ordinárias e 27.700 ações preferenciais, perfazendo um total de R\$ 153. Em função do cancelamento de ações ora deliberado, o capital social da Sociedade, de R\$ 423.430, passa a ser dividido em 102.942.556 (ações escriturais, sem valor nominal, das quais 58.736.269 ordinárias e 44.206.287 preferenciais, inconversíveis em ordinárias). O prazo para execução do Programa era de até 18 meses contados da data da deliberação, podendo ser cancelado a qualquer instante pelo referido conselho.

**d2.** Em atendimento ao disposto no artigo 2º da Instrução CVM nº 358, de 03/01/2002, e alterações posteriores, e nos termos da Instrução CVM nº 567, de 17/12/2015, e do art. 18, alínea “h” do Estatuto Social da Companhia, 13/03/2019 o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de ações de sua própria emissão, para permanência em tesouraria, cancelamento ou alienação no valor total de até R\$ 3.600, sem redução de capital social.

Poderão ser adquiridas até (a) 300.000 ações ordinárias e (b) 400.000 ações preferenciais. O prazo para execução do Programa é de até 18 meses contados da data da deliberação, para permanência em tesouraria, cancelamento ou alienação a qualquer instante pelo referido conselho. No 1º semestre de 2020, foram adquiridas no âmbito do referido programa, 30.900 ações ordinárias no montante de R\$ 165 e 30.100 ações preferenciais no montante de R\$ 189.

A quantidade de ações em tesouraria em 30/06/2020 é de 157.800 ações ordinárias e 132.200 ações preferenciais, registradas ao custo de aquisição no valor total de R\$ 1.387.

Em 30/06/2020 os custos mínimo, médio e máximo por ação em estoque para as ações ON é de R\$ 4,13, R\$ 5,32 e R\$ 5,58 e por ação PN o custo mínimo, médio e máximo é de R\$ 4,96, R\$ 6,04 e R\$ 6,40 respectivamente.

O valor de mercado dessas ações, em 30/06/2020, era de R\$ 5,15 por ação ON e R\$ 6,10 por ação PN.

## Notas Explicativas

### 13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) Sempre em concordância com os dispositivos legais vigentes e com as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil, são efetuadas operações com partes relacionadas, conforme demonstramos a seguir:

	30/06/2020	31/12/2019	1º Semestre	
			2020	2019
	Ativos (Passivos)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Receitas (Despesas)
<b>Disponibilidades</b>	<b>13.730</b>	<b>6.422</b>	-	-
- Outras partes relacionadas (1)	13.730	6.422	-	-
Banco Alfa S.A.	13.730	6.422	-	-
<b>Aplicações (Captações) em depósitos interfinanceiros (1)</b>	<b>(2.365.847)</b>	<b>(4.352.192)</b>	<b>(77.920)</b>	<b>(124.518)</b>
- Outras partes relacionadas (1)	(2.365.847)	(4.352.192)	(77.920)	(124.518)
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	(405.110)	(404.179)	(7.244)	(22.259)
Banco Alfa de Investimento S.A.	(1.960.737)	(3.948.013)	(70.676)	(102.259)
<b>Aquisição de ativos financeiros</b>	<b>173.133</b>	<b>789.539</b>	<b>49.466</b>	<b>58.281</b>
- Outras partes relacionadas (2)	22.308	36.478	2.733	7.298
Banco Alfa S.A.	22.308	36.478	2.733	7.298
- Outras partes relacionadas (3)	150.825	753.061	46.733	50.983
Banco Alfa S.A.	150.283	738.530	46.733	50.916
C&C Casa e Construção Ltda	542	13.861	-	63
Transamérica de Hotéis Nordeste Ltda	-	670	-	4
<b>Juros sobre o capital próprio e dividendos</b>	<b>(4.454)</b>	<b>(7.655)</b>	-	-
- Outras partes relacionadas	(1.610)	(3.731)	-	-
Alfa Holdings S.A.	(2)	(518)	-	-
Consortio Alfa de Administração S.A.	(2)	(518)	-	-
Corumbal Participações e Administração	(1.606)	(2.695)	-	-
- Pessoal chave da administração da entidade ou de sua controladora	(2.844)	(3.924)	-	-
<b>Outras transações (4)</b>	<b>6.525</b>	<b>(529)</b>	<b>(6.629)</b>	<b>(6.348)</b>
- Outras partes relacionadas	6.525	(529)	(6.629)	(6.348)
Alfa Corretora de Valores Mobiliários S.A.	(7)	(9)	(2)	(1)
Banco Alfa S.A.	6.835	(143)	-	-
Banco Alfa de Investimento S.A	(303)	(377)	-	-
Hotel Transamérica Ltda.	-	-	(61)	(25)
Metro Sistemas e Informática Ltda.	-	-	(1.616)	(1.511)
Metro Táxi Aéreo Ltda.	-	-	(107)	(223)
Metro Tecnologia e Informática Ltda.	-	-	(4.843)	(4.588)

(1) As transações referem-se às operações envolvendo a Companhia e partes relacionadas, efetuadas a taxas compatíveis com as taxas médias praticadas no mercado, vigentes nas datas das operações.

(2) Refere-se a aquisição de operações de crédito consignado junto à empresa ligada (com coobrigação), realizadas na vigência da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, no montante de R\$ 22.308 (31/12/2019 R\$ 36.478).

(3) Refere-se a aquisição de operações de crédito consignado junto à empresa ligada (sem coobrigação), realizadas na vigência da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008.

(4) Os ressarcimentos de custos referem-se basicamente, à agenciamento de operações e sublocação de imóvel com empresas ligadas de acordo com contrato mantido entre as partes.

## Notas Explicativas

### (b) Remuneração dos Administradores:

Em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas, é estabelecida a remuneração para os membros do Conselho da Administração e Diretoria.

No semestre, o montante registrado foi de R\$ 6.232 (1º semestre/2019 R\$ 5.185) para os membros do Conselho de Administração e Diretoria.

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato de trabalho para o pessoal-chave da Administração.

**(b.1)** Em 29/10/2018 o Banco Central do Brasil editou a Resolução nº4.693/2018 que autoriza, a partir de 01/01/2019 as instituições financeiras a realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas as seguintes condições previstas em seu artigo 6º e os limites definidos em seu artigo 7º, a saber:

- Artigo 6º: As operações de crédito somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado, inclusive quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas e critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas prováveis e baixa como prejuízo, sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil e risco de crédito;
- Artigo 7º: Limites – O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas, direta ou indiretamente, com partes relacionadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao Patrimônio Líquido Ajustado pelas receitas e despesas acumuladas deduzido do valor das participações detidas em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de instituições financeiras no exterior, observados os seguintes limites máximos individuais:
  - a) 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural e;
  - b) 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica.

### c) Participação acionária:

Os membros do Conselho de Administração possuem em conjunto a seguinte participação acionária em 30 de junho de 2020: Ordinárias 1,898%, Preferenciais 35,865% e do total de ações 16,484%.

## 14. GERENCIAMENTO DE RISCO

### Risco Corporativo

O gerenciamento de Riscos Corporativos tem o papel de assegurar que as diretrizes da Declaração de Apetite por Riscos (RAS) do Conglomerado Prudencial Alfa (“Prudencial”) sejam tempestivamente monitoradas de forma que o nível de risco assumido mantenha-se sempre em conformidade com os limites estabelecidos para cada natureza de risco.

O gerenciamento dos riscos abrange todas as áreas e colaboradores do Prudencial. Os riscos, falhas e/ou deficiências, que possam surgir decorrentes das atividades desempenhadas no Prudencial, devem ser reportados tempestivamente às áreas de controles para o tratamento adequado. O gerenciamento de riscos e de capital são supervisionados de forma integrada pela Diretoria de Riscos alinhada com as premissas e limites definidos nas Política de Gerenciamento Integrado de Riscos, Política de Responsabilidade Socioambiental e RAS, aprovadas pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento integrado dos riscos é de responsabilidade do Departamento de Gestão de Riscos que além de coordenar diretamente as atividades deste processo, desempenha também o papel de disseminador da

## Notas Explicativas

cultura de mitigação e gerenciamento de riscos no Prudencial. O Departamento de Gestão de Riscos se reporta ao *Chief Risk Officer* (CRO) que, por sua vez, reporta-se à Alta Administração.

Em atendimento às Resoluções nºs 4.557/2017 e 4.327/2014 do Banco Central do Brasil, o Prudencial mantém estrutura específica para o gerenciamento integrado dos riscos, para o gerenciamento do capital e para o monitoramento do risco socioambiental. A descrição das estruturas do gerenciamento integrado de riscos e do gerenciamento do risco socioambiental estão disponíveis no endereço eletrônico: [www.alfanet.com.br](http://www.alfanet.com.br) > Sobre o Alfa > Gerenciamento de Riscos e de Capital.

### Risco de Mercado

Tem por objetivo definir as principais diretrizes que orientam o gerenciamento do risco de mercado do Prudencial, definindo estratégias que possam identificar, avaliar e monitorar as exposições sujeitas ao risco de mercado e estabelecer limites e procedimentos que possam manter o Prudencial exposto a um nível aceitável e compatível com seus objetivos definidos na RAS (Declaração de Appetite por Riscos). O processo de monitoramento será automatizado de forma a medir, monitorar e controlar todas as operações sujeitas ao risco de mercado, gerando relatórios tempestivos para a Diretoria.

### Risco de Liquidez

O Prudencial deverá operar com nível de liquidez compatível com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a esse risco. Devemos operar com um nível suficiente de liquidez para honrar prontamente as obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes da prestação de garantias. O Prudencial deverá manter um estoque adequado de ativos líquidos que possam ser convertidos rapidamente em caixa em situações de estresse, além de manter o perfil de sua captação adequado ao risco de liquidez de seus ativos, observando uma diversificação adequada de suas fontes de captações.

### Risco de Crédito

O Prudencial tem por princípio operar de forma cuidadosa e conservadora quando da concessão de crédito em qualquer dos segmentos em que atua. Para isso devemos priorizar os segmentos mais seguros, de modo a construir uma carteira com ativos de qualidade, rentável e com baixo índice de perdas. O objetivo do gerenciamento do Risco de Crédito é o de garantir que esse princípio de prudência sejam aplicados na concessão dos limites de crédito, onde o acompanhamento das operações seja feito de maneira efetiva, e que eventuais problemas sejam identificados de forma rápida e submetidos a Diretoria para a decisão das medidas a serem tomadas.

### Risco Operacional

O Gerenciamento do Risco Operacional tem por objetivo identificar, avaliar e monitorar o risco operacional, associado aos produtos e os fluxos operacionais das principais atividades do Prudencial, avaliando-se a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas operacionais, inadequação de processos internos ou sistemas, deficiências ou inadequação de processos internos, sistemas ou seus colaboradores.

O processo de monitoramento também deverá contemplar a avaliação dos potenciais efeitos da interrupção parcial ou total das atividades do Prudencial, assegurando que as estratégias definidas para assegurar a continuidade das atividades críticas da instituição sejam adequadas e eficientes.

A contínua avaliação destes riscos deverá nos permitir a identificação, classificação e a documentação dos processos críticos do Prudencial, assegurando que eventuais perdas de natureza operacional sejam pouco frequentes e sem grande impacto financeiro para o Prudencial.



## Notas Explicativas

### Risco Socioambiental

O gerenciamento do Risco Socioambiental constitui-se de um conjunto de práticas, controles e iniciativas, com as quais o Prudencial visa resguardar-se da ocorrência de eventos que possam trazer-lhe prejuízo financeiro ou de reputação, decorrentes de transações com clientes ou fornecedores que não atendam as normas socioambientais vigentes.

### 15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para atender sua política de gestão de riscos. Tal política baseia-se na utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos resultantes das variações em taxas de juros, em operações comerciais e financeiras, podendo se valer, excepcionalmente, destas operações para a geração de lucro, desde que dentro dos limites de exposição aprovados para a Companhia e com a autorização do Diretor de Tesouraria.

Os instrumentos financeiros derivativos são representados por operações de swap, registrados na B3, envolvendo taxas pré-fixadas e mercado interfinanceiro (DI) e correspondem somente a operações para proteção patrimonial.

Esses instrumentos financeiros derivativos tem seus valores registrados em contas de compensação e os ajustes/diferenciais em contas específicas, de acordo com o respectivo recebimento (ativo) ou pagamento (passivo).

Abaixo, composição dessa carteira por tipo de instrumento indexador, demonstrada pelo seu valor base, de custo amortizado e de valor justo.

#### (a) Instrumentos financeiros derivativos:

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Instrumentos financeiros derivativos para negociação	835	3.393
Instrumentos financeiros derivativos para Hedge de valor justo	(410.317)	(452.279)
<b>Total</b>	<b>(409.482)</b>	<b>(448.886)</b>
Ativo instrumento financeiro de curto prazo	4.564	6.154
Ativo instrumento financeiro de longo prazo	858	2.075
Passivo instrumento financeiro de curto prazo	(111.523)	(93.893)
Passivo instrumento financeiro de longo prazo	(303.381)	(363.222)
<b>Total</b>	<b>(409.482)</b>	<b>(448.886)</b>

#### (b) Instrumentos financeiros derivativos para negociação:

	<u>30/06/2020</u>			<u>31/12/2019</u>		
	Valor de referência	Custo amortizado	Valor justo	Valor de referência	Custo amortizado	Valor justo
Pré	15.612	31.850	33.130	31.354	59.226	61.704
Mercado interfinanceiro	15.300	28.909	28.909	30.300	57.416	57.416
<b>Posição ativa</b>	<b>30.912</b>	<b>60.759</b>	<b>62.039</b>	<b>61.654</b>	<b>116.642</b>	<b>119.120</b>
Pré	15.300	32.216	33.496	30.300	59.950	62.209
Mercado interfinanceiro	15.612	27.708	27.708	31.354	53.518	53.518
<b>Posição passiva</b>	<b>30.912</b>	<b>59.924</b>	<b>61.204</b>	<b>61.654</b>	<b>113.468</b>	<b>115.727</b>
<b>Contratos de Swaps – exposição líquida</b>	<b>-</b>	<b>835</b>	<b>835</b>	<b>-</b>	<b>3.174</b>	<b>3.393</b>

**Notas Explicativas****(c) Instrumentos financeiros derivativos para “hedge” de valor justo:**

	30/06/2020			31/12/2019		
	Valor de referência	Custo amortizado	Valor justo	Valor de referência	Custo amortizado	Valor justo
Mercado interfinanceiro	2.071.387	2.356.365	2.356.365	3.116.630	3.500.960	3.500.960
<b>Posição ativa</b>	<b>2.071.387</b>	<b>2.356.365</b>	<b>2.356.365</b>	<b>3.116.630</b>	<b>3.500.960</b>	<b>3.500.960</b>
Pré	2.071.387	2.548.779	2.766.682	3.116.630	3.687.965	3.953.239
<b>Posição passiva</b>	<b>2.071.387</b>	<b>2.548.779</b>	<b>2.766.682</b>	<b>3.116.630</b>	<b>3.687.965</b>	<b>3.953.239</b>
<b>Contratos de Swaps – exposição líquida</b>	<b>-</b>	<b>(192.414)</b>	<b>(410.317)</b>	<b>-</b>	<b>(187.005)</b>	<b>(452.279)</b>

**(d) Os seguintes valores a receber (ativo) e a pagar (passivo) foram registrados em contas patrimoniais sob o título "instrumentos financeiros derivativos":**

	30/06/2020			31/12/2019		
	Ativo - saldo a receber			Ativo - saldo a receber		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
Swaps	5.422	-	5.422	8.229	-	8.229

  

	30/06/2020			31/12/2019		
	Passivo - saldo a pagar			Passivo - saldo a pagar		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
Swaps	(4.587)	(410.317)	(414.904)	(4.836)	(452.279)	(457.115)

**(e) O saldo de instrumentos financeiros derivativos registrados possuíam os seguintes vencimentos:****Negociação:**

	30/06/2020				
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	TOTAL
Swaps	623	380	(168)	-	835

  

	31/12/2019				
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	TOTAL
Swaps	1.385	2.258	(250)	-	3.393

**Hedge de valor justo:**

	30/06/2020				
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	TOTAL
Swaps	(24.448)	(83.514)	(195.876)	(106.479)	(410.317)

  

	31/12/2019				
	1 a 90 dias	91 a 360 dias	361 a 1.080 dias	Acima de 1.080 dias	TOTAL
Swaps	(20.870)	(70.512)	(177.586)	(183.311)	(452.279)

## Notas Explicativas

(f) Os seguintes resultados foram reconhecidos sob o título "instrumentos financeiros derivativos":

	1º Semestre					
	2020			2019		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
Swaps	253	(42.848)	(42.595)	843	(156.328)	(155.485)

(g) O total do ajuste de marcação a mercado registrado no foi de:

	1º Semestre					
	2020			2019		
	Negociação	Hedge de valor justo	Total	Negociação	Hedge de valor justo	Total
Swaps	(218)	47.371	47.153	(683)	(93.343)	(94.026)

**Contabilidade de "Hedge":** A Companhia adota a política de se proteger do risco de taxa de juros advindo das operações de crédito pré-fixadas em consonância com suas políticas de gestão de risco, levando em consideração as taxas de captação praticadas. Através da estratégia de "hedge" a Administração tem por objetivo proteger o "spread" de suas operações de crédito. Nos termos da Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, a Companhia utilizou a prerrogativa de reconhecimento dessas operações e do respectivo objeto de "hedge" pela contabilidade de "hedge".

(h) **Análise de sensibilidade:** Em conformidade com a instrução CVM nº. 475, de 17/12/2008, a Companhia realiza análises de sensibilidade das operações que possam expô-la a riscos oriundos da volatilidade de fatores de riscos de mercado, a qual poderá gerar prejuízos materiais para suas operações e/ou fluxos de caixa.

O quadro disposto abaixo traz valores das exposições em análise, bem como os testes de sensibilidade das mesmas, considerando-se três cenários de estresse possíveis: **a)** situação de estresse determinada pela Companhia e aprovada em seu Comitê de Gestão de Riscos de Mercado (CGRM), o qual se baseia em cenário de estresse divulgado pela B3 - Brasil, Bolsa e Balcão na data-base destas informações trimestrais; **b)** situação de estresse considerada pela Companhia com deterioração de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) na variável de risco considerada e; **c)** situação de estresse considerada pela Companhia com deterioração de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) na variável de risco considerada. É importante salientar que os cenários (b) e (c) abaixo, estão sendo apresentados por exigência da instrução CVM nº 475, entretanto, referem-se a cenários que a Administração da Companhia não acredita que possam ocorrer.

30/06/2020				
Exposição	MTM- Exposição	Estresse - Alfa cenário ( a )	Deterioração de 25% cenário ( b )	Deterioração de 50% cenário ( c )
Pré-fixada	624.495	(35.677)	(14.812)	(28.365)
31/12/2019				
Exposição	MTM- Exposição	Estresse - Alfa cenário ( a )	Deterioração de 25% cenário ( b )	Deterioração de 50% cenário ( c )
Pré-fixada	1.367.303	(42.091)	(28.004)	(54.223)

Foi considerada para a análise apresentada acima, a exposição líquida das operações (posições ativas menos posições passivas), ressaltando que estão incluídas todas as posições de derivativos contratadas.

## Notas Explicativas

### 16. ÍNDICE DE CAPITAL E DE ALAVANCAGEM

O BACEN, através das Resoluções nº 4.192/2013 e 4.278/2013, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência considerando as instituições integrantes do Prudencial para cálculo do Índice de Capital. Adicionalmente através da Resolução nº 4.193/2013, instituiu apuração do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), ambas com efeito a partir de outubro de 2013.

O índice de capital para 30/06/2020 apurado nos termos das referidas Resoluções é de 18,73% (31/12/2019 20,06%), demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras integrantes do Prudencial, quando comparados aos requisitos mínimos do Patrimônio de Referência e Adicional de Capital Principal de 9,25%. O quadro abaixo demonstra a apuração do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido, Ativos Ponderados pelo Risco e o Índice de Capital do Prudencial.

	<b>Prudencial</b>	
	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Patrimônio de Referência – Nível I</b>	<b>2.573.457</b>	<b>2.502.336</b>
<b>Capital Principal</b>	<b>2.573.457</b>	<b>2.502.336</b>
Patrimônio Líquido	2.622.086	2.546.564
(-) Ajustes Prudenciais	(48.629)	(44.228)
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>2.573.457</b>	<b>2.502.336</b>
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b>13.738.663</b>	<b>12.475.342</b>
Parcela relativa ao:		
Risco de Crédito	11.675.661	10.757.297
Risco de Mercado	865.642	502.537
Risco Operacional	1.197.360	1.215.508
<b>Patrimônio de Referência Mínimo Requerido</b>	<b>1.099.093</b>	<b>998.027</b>
<b>Valor Requerido de Adicional de Capital Principal</b>	<b>171.733</b>	<b>311.884</b>
<b>Índice de Basileia</b>	<b>18,73%</b>	<b>20,06%</b>
<b>Capital de Nível I</b>	<b>18,73%</b>	<b>20,06%</b>
<b>Capital Principal</b>	<b>18,73%</b>	<b>20,06%</b>

O BACEN, através da Circular nº 3.748/2015 instituiu o Índice Razão de Alavancagem (RA) ao arcabouço de Basileia III no Brasil. O RA é definido como a razão entre Capital Nível I e Exposição Total.

Em 30/06/2020, o Índice de Razão de Alavancagem do Prudencial é de 14,06% (31/12/2019 15,88%).

## Notas Explicativas

### 17. OUTRAS INFORMAÇÕES

#### (a) Outras despesas administrativas

	1° Semestre	
	2020	2019
Processamento de dados	(14.683)	(14.614)
Serviços técnicos especializados	(6.022)	(3.811)
Serviços de terceiros	(4.976)	(2.507)
Aluguéis	(4.178)	(4.268)
Serviços do sistema financeiro	(3.042)	(3.728)
Propaganda e publicidade	(1.969)	(2.467)
Comunicações	(1.750)	(319)
Depreciação e amortização	(1.121)	(992)
Promoções e relações públicas	(1.008)	(1.348)
Viagem	(966)	(1.374)
Manutenção e conservação de bens	(575)	(621)
Água, energia e gás	(258)	(305)
Outras despesas administrativas	(1.947)	(2.072)
<b>Total</b>	<b>(42.495)</b>	<b>(38.426)</b>

#### (b) Outras receitas operacionais

	1° Semestre	
	2020	2019
Reembolso cessão de crédito (i)	11.978	-
Reversão de provisão para contingências trabalhista (ii)	4.703	-
Receita com portabilidade de crédito	1.223	445
Rendas de títulos e créditos	1.105	7.410
Atualização de tributos a compensar e recuperação de depósitos judiciais	463	549
Dividendos prescritos	447	490
Outras rendas operacionais	170	583
<b>Total</b>	<b>20.089</b>	<b>9.477</b>

(i) Refere-se ao reembolso das despesas pela constituição da carteira e remuneração da performance dos créditos cedidos para empresa ligada.

(ii) Vide nota explicativa nº 11.

#### (c) Outras despesas operacionais

	1° Semestre	
	2020	2019
Despesas com intermediação / equalização de contratos	(4.040)	(4.206)
Comissões	(6.116)	(3.827)
Prêmio de operações de vendas - ligadas (*)	(7.352)	(6.522)
Contingências trabalhistas	-	(9.708)
Ressarcimento de custo de originação	(1.009)	(1.801)
Contingências cíveis	(790)	(1.195)
Despesas com créditos inadimplentes	(372)	(628)
Atualização de tributos e complemento para provisão para contingências	(129)	(149)
Outras despesas operacionais	(4.419)	(1.925)
<b>Total</b>	<b>(24.227)</b>	<b>(29.961)</b>

(\*) Conforme nota explicativa nº 06e refere-se ao prêmio com cessão de crédito sem coobrigação com a empresa ligada.

## Notas Explicativas

### (d) Resultado não operacional

	1º Semestre	
	2020	2019
Lucro na alienação de valores e bens	48	192
Prejuízo na alienação de valores e bens	(37)	(421)
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(287)	446
Outras receitas / despesas não operacionais	(6)	2
<b>Total</b>	<b>(282)</b>	<b>219</b>

### (e) Contratação de seguros

O Conglomerado tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para coberturas de eventuais perdas. Para proteção de seu patrimônio, o Conglomerado tem por filosofia transferir, através de contratação de seguros, riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, seu patrimônio. A cobertura de seguros contra riscos operacionais do Conglomerado era composta por R\$ 96.485 (31/12/2019 R\$ 90.035) para danos materiais. Além disso, possui cobertura para Lucros Cessantes e Responsabilidade Civil de R\$ 6.000 (31/12/2019 R\$ 6.000) e R\$ 3.000 (31/12/2019 R\$ 3.000), para suprir eventuais danos ao Conglomerado.

### (f) Planos de remuneração baseados em ações e outros benefícios pós-emprego a seus empregados

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 695, de 13/12/2012 informamos que a Companhia não mantém planos de remuneração em ações (*stock options*) e outros benefícios pós emprego a seus empregados.

## 18. NOTAS Á DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

O caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604 de 29/08/2008, apresentado na Demonstração dos Fluxos de Caixa está constituído por:

	30/06/2020	30/06/2019
No início do semestre	110.771	898.078
Disponibilidade	7.255	10.176
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	103.516	887.902
No final do semestre	2.437.437	830.699
Disponibilidade	13.997	12.757
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	2.423.440	817.942
Aumento/Redução de caixa e equivalentes de caixa	2.326.666	(67.379)

(i) Refere-se a operações cujo vencimento na data da aplicação é igual ou inferior a 90 dias.

## 19. OUTROS ASSUNTOS

Desde o dia 11 de março de 2020, foi decretado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) estado de pandemia em razão do Covid-19, que teve origem na China no final de 2019 e se espalhou pelo mundo, resultando no aumento significativo nas restrições de viagens nacionais e internacionais, paralisação de diversos negócios e serviços em praticamente todos os países e ordens governamentais de isolamento social para retardar a propagação do vírus, dentre outras restrições, gerando um ambiente de forte volatilidade financeira e aumento das incertezas, além da instabilidade social, econômica e laboral. A pandemia de Covid-19 trouxe grandes desafios e incertezas ao mundo todo, sendo considerada a maior pandemia já vista, segundo a OMS. A crise provocada pela decretação da pandemia pode ser observada a partir do início do mês de março de 2020 gerando alguns impactos negativos sobre a economia brasileira, como (i) maior aversão ao risco, com pressões sobre o câmbio; (ii) maiores dificuldades no comércio exterior; e (iii) aumento das incertezas dos agentes econômicos.

Com o intuito de mitigar os impactos dessa crise, governos e bancos centrais do mundo todo vêm intervindo na economia de seus países e têm adotado medidas pouco convencionais em momentos de normalidade, como o fechamento de atividade econômica não essencial, ações de estímulos monetários, como a prática

## Notas Explicativas

de juro zero, além da expansão fiscal. Entretanto, ainda não é possível afirmar em que medida essas ações amenizarão a recessão global em 2020.

Para combater os efeitos da pandemia do novo coronavírus e das medidas de isolamento social na economia, o Banco Central aprovou um conjunto de medidas com a finalidade de aumentar a liquidez do Sistema Financeiro Nacional. Dentre essas medidas, em 2 de abril de 2020, o Conselho Monetário Nacional (CMN) editou a Resolução CMN nº 4.795/20, instituindo a LTEL-LFG e autorizando o Banco Central a adquirir, no mercado primário, letras financeiras emitidas por alguns tipos de instituições financeiras, observadas as condições ali previstas e em sua regulamentação. O Conglomerado Alfa optou por utilizar esta forma de captação de recursos, cuja operacionalização ocorreu por meio do Banco Alfa S.A., devido ao fato de ser a instituição do Conglomerado detentora de conta de reserva bancária. Para atendimento aos requisitos regulamentares, as operações de crédito elegíveis a serem dadas em garantia destas operações foram objeto de cessão de crédito entre as instituições do Conglomerado, em condições equitativas, até junho/2020 foram realizadas cessões de crédito da Financeira para o Banco Alfa S.A. no valor de R\$ 886.914, conforme nota 5“e” adicionalmente, o Banco Alfa S.A. recomprou créditos cedidos a Financeira até março/2020 no montante de R\$ 516.202.

As atividades do Conglomerado Financeiro Alfa estão com plena capacidade operacional, equipes adequadas e prontas para atender as necessidades dos clientes. Nossas ações têm levado em consideração as orientações do Ministério da Saúde e de todas as demais autoridades federais, estaduais e municipais dos locais em que operamos. Em relação a nossas operações de crédito, a Administração, juntamente com o Comitê de Crédito, segue monitorando a Carteira de Ativos de Crédito diariamente e, até o momento, não foram verificados impactos negativos relevantes devido a renegociações ou inadimplência. Intensificamos o trabalho em home office, com pelo menos 90% dos nossos funcionários trabalhando de forma remota. O Comitê de Risco acompanha e avalia de forma consistente e tempestiva nossa alocação de capital e nossa liquidez, de forma que o Conglomerado mantém uma estrutura de Basileia confortável e adequada ao momento.

Todos os possíveis impactos relacionados à pandemia continuarão sendo monitorados de forma contínua. A Administração do Conglomerado permanece atenta a eventual agravamento da pandemia e de seus efeitos negativos sobre as economias global e local, bem como sobre os negócios e a situação de nossos clientes, dado o atual cenário de aumento no número de infectados e a possível prorrogação e adoção de medidas adicionais de isolamento social.

**ELIANE CAROLINA QUAGLIO ARJONAS**

**CONTADORA**

**CRC 1SP 232.846/O-2**

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao

Conselho de Administração e Acionistas da

Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações dos resultados e dos resultados abrangentes para o período de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais – ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que a demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de agosto de 2020

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo

Contador CRC 1SP252419/O-0



## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

### **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal analisaram e aprovaram: (i) o Estudo Técnico de Viabilidade de Geração de Lucros Tributáveis que ampara os valores contabilizados sob a rubrica "Créditos Tributários"; (ii) o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras Intercalares encerradas em 30.06.2020, e dos respectivos Pareceres do Conselho de Administração e dos Auditores Independentes; e (iii) a Proposta da Diretoria para pagamento de juros sobre o capital próprio aos titulares de ações preferenciais.

Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião da qual se lavrou esta ata, que lida e aprovada foi assinada pelos presentes.

Ailton Carlos Canette

Paulo Caio Ferraz de Sampaio

Nelson Marcelino

Fernando Pinto de Moura

## **Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)**

### **RESUMO DO RELATORIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2020**

#### **Introdução**

O Comitê de Auditoria constituído pelo Banco Alfa de Investimento S.A., instituição líder do Conglomerado Financeiro Alfa, exerce as atribuições e responsabilidades previstas em dispositivos legais e em seu regulamento, desenvolvendo suas atividades no referido Banco e nas seguintes empresas: Banco Alfa S.A., Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e Alfa Arrendamento Mercantil S.A.

O novo cenário, decorrente da grave crise socioeconômica mundial trazida pelo Covid-19, trouxe uma série de desafios neste semestre, notadamente no segundo trimestre:

- i. Assim como as demais instituições financeiras e empresas de outros setores, com o objetivo de assegurar a continuidade das operações e a segurança de seus funcionários, o banco adotou o home-office para a maioria do staff.
- ii. A queda na taxa de juros influenciou em todo o mercado nas captações de recursos. O CMN, através da Resolução nº 4795, proporcionou ao mercado o acesso à linha de crédito com garantia de ativos. Dessa forma, o banco utilizou essa alternativa para aumentar suas disponibilidades.
- iii. Renegociações de dívidas foram efetuadas com a prorrogação no vencimento dos contratos. Em função disso, provisão adicional foi constituída para fazer frente a eventuais perdas.

#### **Atividades do Comitê**

O Comitê reuniu-se 6 vezes no período de janeiro a junho de 2020, com os Diretores e os principais responsáveis pelas áreas das empresas do Conglomerado, abordando, em especial, assuntos relacionados com demonstrações financeiras, provisões, compliance, prevenção à lavagem de dinheiro, ouvidoria e atendimento a clientes, jurídico, soluções tecnológicas, segurança da informação, gestão da continuidade de negócios, recomendações das auditorias interna e externa, evolução dos negócios e conformidade à legislação e normas editadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e B3-Brasil, Bolsa e Balcão, discutindo as providências adotadas.

#### **Administração de Riscos**

Mantendo a sinergia com o Comitê de Riscos o Comitê de Auditoria realizou reunião semestral com o Gerente Geral de Administração de Riscos, acompanhando de forma mais focada os aspectos relevantes e enquadramentos definidos pela administração.

#### **Ouvidoria**

Norteados pelo disposto na Resolução do BACEN nº 4.433, de 23/07/2015 e suas alterações subsequentes, o Comitê acompanhou e monitorou as atividades da Ouvidoria, mediante reuniões e relatórios por ela produzidos.

#### **Controles Internos**

O Comitê considerou que as atividades desenvolvidas pela área de Controles Internos são adequadas às necessidades das empresas do Conglomerado. Foram examinados pontos de controle, normas e técnicas de acompanhamento existentes e o cumprimento das regras internas e legais vigentes. O monitoramento, realizado por meio de questionários referentes aos pontos de controle, é analisado pela área responsável, auditoria interna e externa. O Comitê entendeu que o sistema de controles internos está adequado ao porte e complexidade de negócios do Conglomerado.

#### **Prevenção à Lavagem de Dinheiro**

O Comitê analisou e discutiu os processos das empresas do Conglomerado com relação às atividades de prevenção de lavagem de dinheiro. A Circular BACEN nº 3.978 e a Instrução CVM nº 617 provocarão aumento dos trabalhos do próximo semestre para o enquadramento e testes com os novos grupos de PEPS.

#### **Auditoria Externa e Interna**

As empresas de auditoria externa KPMG Auditores Independentes e Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, respectivamente, são responsáveis pela prestação dos serviços de auditoria das Empresas Financeiras e dos Fundos de Investimento administrados pelo Banco Alfa de Investimento S.A.

Com relação à Auditoria Externa, o Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis: a) os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Conglomerado, base 30/06/2020; b) prévia do Relatório referente à Circular BACEN nº 3.467/2009 e nº 2.682/1999; c) relativamente aos Fundos de Investimento tivemos a avaliação do quarto trimestre de 2019.

Com relação à Auditoria Interna, o Comitê de Auditoria acompanhou o andamento dos trabalhos planejados para o semestre, relatórios produzidos, conclusões e cumprimento das recomendações.

Ressalta-se ainda que, durante o semestre o Comitê de Auditoria, não foi acionado em nenhum momento, nem tampouco se deparou com qualquer situação que viesse a prejudicar ou comprometer a atuação e independência das Auditorias na condução de suas atividades.

Quanto aos trabalhos realizados pelas Auditorias, há de se frisar que nenhuma falha relevante foi constatada ou apontada, e que viesse a prejudicar ou afetar as Demonstrações Financeiras das empresas do Conglomerado.

Dessa forma, o Comitê concluiu como satisfatórias as atuações e trabalhos realizados pelas Auditorias.

## Demonstrações Financeiras

Considerando as avaliações satisfatórias das atuações das áreas de Controles Internos, Gestão de Riscos, Auditoria Interna e Externa, bem como os contatos mantidos com a área de Controladoria, responsável pela elaboração das Demonstrações Financeiras, e ainda, as constantes análises e exames procedidos pelo Comitê em relatórios, mapas e posições utilizados pelas mesmas para comprovação e confirmação de seus dados, conclui o Comitê de Auditoria que as Demonstrações Financeiras do semestre encerrado em 30 de junho de 2020, incluindo as das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, atendem aos requisitos de integridade, qualidade, transparência e visibilidade, inclusive quanto à aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e exigidas pelas normas vigentes.

São Paulo - SP, 11 de agosto de 2020.

Adilson Herrero

Ciderlene Justino de Souza

Paulo Aluizio Machado de Andrade

## **Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)**

### **RESUMO DO RELATORIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2020**

#### **Introdução**

O Comitê de Auditoria constituído pelo Banco Alfa de Investimento S.A., instituição líder do Conglomerado Financeiro Alfa, exerce as atribuições e responsabilidades previstas em dispositivos legais e em seu regulamento, desenvolvendo suas atividades no referido Banco e nas seguintes empresas: Banco Alfa S.A., Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e Alfa Arrendamento Mercantil S.A.

O novo cenário, decorrente da grave crise socioeconômica mundial trazida pelo Covid-19, trouxe uma série de desafios neste semestre, notadamente no segundo trimestre:

- i. Assim como as demais instituições financeiras e empresas de outros setores, com o objetivo de assegurar a continuidade das operações e a segurança de seus funcionários, o banco adotou o home-office para a maioria do staff.
- ii. A queda na taxa de juros influenciou em todo o mercado nas captações de recursos. O CMN, através da Resolução nº 4795, proporcionou ao mercado o acesso à linha de crédito com garantia de ativos. Dessa forma, o banco utilizou essa alternativa para aumentar suas disponibilidades.
- iii. Renegociações de dívidas foram efetuadas com a prorrogação no vencimento dos contratos. Em função disso, provisão adicional foi constituída para fazer frente a eventuais perdas.

#### **Atividades do Comitê**

O Comitê reuniu-se 6 vezes no período de janeiro a junho de 2020, com os Diretores e os principais responsáveis pelas áreas das empresas do Conglomerado, abordando, em especial, assuntos relacionados com demonstrações financeiras, provisões, compliance, prevenção à lavagem de dinheiro, ouvidoria e atendimento a clientes, jurídico, soluções tecnológicas, segurança da informação, gestão da continuidade de negócios, recomendações das auditorias interna e externa, evolução dos negócios e conformidade à legislação e normas editadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e B3-Brasil, Bolsa e Balcão, discutindo as providências adotadas.

#### **Administração de Riscos**

Mantendo a sinergia com o Comitê de Riscos o Comitê de Auditoria realizou reunião semestral com o Gerente Geral de Administração de Riscos, acompanhando de forma mais focada os aspectos relevantes e enquadramentos definidos pela administração.

#### **Ouvidoria**

Norteados pelo disposto na Resolução do BACEN nº 4.433, de 23/07/2015 e suas alterações subsequentes, o Comitê acompanhou e monitorou as atividades da Ouvidoria, mediante reuniões e relatórios por ela produzidos.

#### **Controles Internos**

O Comitê considerou que as atividades desenvolvidas pela área de Controles Internos são adequadas às necessidades das empresas do Conglomerado. Foram examinados pontos de controle, normas e técnicas de acompanhamento existentes e o cumprimento das regras internas e legais vigentes. O monitoramento, realizado por meio de questionários referentes aos pontos de controle, é analisado pela área responsável, auditoria interna e externa. O Comitê entendeu que o sistema de controles internos está adequado ao porte e complexidade de negócios do Conglomerado.

#### **Prevenção à Lavagem de Dinheiro**

O Comitê analisou e discutiu os processos das empresas do Conglomerado com relação às atividades de prevenção de lavagem de dinheiro. A Circular BACEN nº 3.978 e a Instrução CVM nº 617 provocarão aumento dos trabalhos do próximo semestre para o enquadramento e testes com os novos grupos de PEPS.

#### **Auditoria Externa e Interna**

As empresas de auditoria externa KPMG Auditores Independentes e Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, respectivamente, são responsáveis pela prestação dos serviços de auditoria das Empresas Financeiras e dos Fundos de Investimento administrados pelo Banco Alfa de Investimento S.A.

Com relação à Auditoria Externa, o Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis: a) os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Conglomerado, base 30/06/2020; b) prévia do Relatório referente à Circular BACEN nº 3.467/2009 e nº 2.682/1999; c) relativamente aos Fundos de Investimento tivemos a avaliação do quarto trimestre de 2019.

Com relação à Auditoria Interna, o Comitê de Auditoria acompanhou o andamento dos trabalhos planejados para o semestre, relatórios produzidos, conclusões e cumprimento das recomendações.

Ressalta-se ainda que, durante o semestre o Comitê de Auditoria, não foi acionado em nenhum momento, nem tampouco se deparou com qualquer situação que viesse a prejudicar ou comprometer a atuação e independência das Auditorias na condução de suas atividades.

Quanto aos trabalhos realizados pelas Auditorias, há de se frisar que nenhuma falha relevante foi constatada ou apontada, e que viesse a prejudicar ou afetar as Demonstrações Financeiras das empresas do Conglomerado.

Dessa forma, o Comitê concluiu como satisfatórias as atuações e trabalhos realizados pelas Auditorias.

### Demonstrações Financeiras

Considerando as avaliações satisfatórias das atuações das áreas de Controles Internos, Gestão de Riscos, Auditoria Interna e Externa, bem como os contatos mantidos com a área de Controladoria, responsável pela elaboração das Demonstrações Financeiras, e ainda, as constantes análises e exames procedidos pelo Comitê em relatórios, mapas e posições utilizados pelas mesmas para comprovação e confirmação de seus dados, conclui o Comitê de Auditoria que as Demonstrações Financeiras do semestre encerrado em 30 de junho de 2020, incluindo as das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, atendem aos requisitos de integridade, qualidade, transparência e visibilidade, inclusive quanto à aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e exigidas pelas normas vigentes.

São Paulo - SP, 11 de agosto de 2020.

Adilson Herrero

Ciderlene Justino de Souza

Paulo Aluizio Machado de Andrade

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### **DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**

Os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovaram as Informações Trimestrais relativas ao período encerrado em 30.06.2020, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, ocasião em que também reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no correspondente Parecer dos Auditores Independentes, nos termos do artigo 25, parágrafo primeiro, incisos V e VI e do artigo 29, parágrafo primeiro, inciso II, ambos da Instrução CVM nº 480/09 e alterações posteriores.

São Paulo - SP, 11 de agosto de 2020.

Fabio Alberto Amorosino

Diretor Presidente

Antonio José Ambrozano Neto

Diretor

Felipe Barbosa da S. e Silva

Diretor

Fabiano Siqueira de Oliveira

Diretor

Pedro Elias Dabbur

Diretor

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

### **DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**

Os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovaram as Informações Trimestrais relativas ao período encerrado em 30.06.2020, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, ocasião em que também reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no correspondente Parecer dos Auditores Independentes, nos termos do artigo 25, parágrafo primeiro, incisos V e VI e do artigo 29, parágrafo primeiro, inciso II, ambos da Instrução CVM nº 480/09 e alterações posteriores.

São Paulo - SP, 11 de agosto de 2020.

Fabio Alberto Amorosino

Diretor Presidente

Antonio José Ambrozano Neto

Diretor

Felipe Barbosa da S. e Silva

Diretor

Fabiano Siqueira de Oliveira

Diretor

Pedro Elias Dabbur

Diretor